

Dólares dos credores ainda vão demorar

Nem os bancos comerciais credores do Brasil estão desembolsando US\$ 600 milhões referentes às duas últimas parcelas do empréstimo contratado na renegociação da dívida brasileira, feita em setembro, nem haverá grandes alterações na rotina do tratamento da dívida, garantiram ontem nos Estados Unidos fontes dos bancos e do governo norte-americano. A liberação do dinheiro foi anunciada por um jornal do Rio, ontem, dando conta de que os bancos não mais seguiriam a cláusula que vincula os seus desembolsos à liberação de recursos do Banco Mundial (Bird).

"Claro que não é verdade", disse um dos membros do comitê de bancos credores, surpreso com a notícia. Segundo ele, está de pé a exigência da aprovação do empréstimo de US\$ 500 milhões do Bird para o setor elétrico, bloqueado por um impasse criado com a absorção da Nuclebrás pela Eletrobrás. "Estamos atados a este vínculo", ele reforçou.

No País, entretanto, a expectativa do governo é receber "o mais rápido possível", o dinheiro dos bancos credores. Segundo o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, o Brasil dará um prazo, ainda indefinido, para que o Bird libere os recursos e depois negociará o recebimento do dinheiro dos bancos, ainda que o dinheiro do Bird entre depois.

Há um mês o governo anunciou que o prazo desejado para a liberação do dinheiro do Banco Mundial era março. Mas Sérgio

Amaral não quis estabelecer este limite.

O Departamento do Tesouro, disse um funcionário do governo americano, "vai matar" a idéia de que a dívida externa latino-americana, no valor de US\$ 250 bilhões, possa ser recomprada, com deságio, quando apresentar ao Congresso um estudo encomendado há seis meses.

Informação semelhante foi publicada ontem pelo jornal **Washington Post**, segundo o qual o Departamento do Tesouro pediu ao Congresso, e conseguiu, mais três semanas além do prazo, dia 23, para a apresentação de um relatório final. "A percepção generalizada é de que o Tesouro não pode examinar objetivamente a criação de um instituto da dívida, porque é contra", declarou o funcionário.

O Japão e a França, os países devedores, vários senadores e deputados do Congresso americano, além de importantes economistas, defendem há algum tempo a criação de um instituto que recompraria a dívida com o desconto do mercado secundário — no caso do Brasil ele chegava ontem a 70% —, e depois a cobraria, em termos melhores, com algumas condições.

O secretário de Estado James Baker mostrou-se contra esta idéia ao ser questionado sobre a dívida, no Congresso, no mês passado. Para ele o perdão parcial da dívida seria "um prêmio ao calote", ao beneficiar com maiores descontos o país que menos servir sua dívida. O deságio, além disso, acabaria sendo pago pelo contribuinte americano, alegou Baker.